

Francisco José Calazans Falcon
Professor associado do Departamento de História da PUC-Rio.

As Idéias e Noções de 'Moderno' e 'Nação' nos Textos de Capistrano de Abreu

Os Ensaios e estudos, 4ª série - comentários

Este texto resulta das circunstâncias associadas ao andamento dos trabalhos do nosso subgrupo de pesquisa e como tal constitui apenas um primeiro esboço dos temas nele abordados.¹

Nosso ponto de partida comum, como é sabido, são as idéias de 'moderno' e de 'nação' na produção historiográfica brasileira à época do cientificismo. Todavia, estabelecer a natureza e o alcance da pertinência ou não dessas duas idéias no *corpus* textual de autoria de Capistrano de Abreu constitui precisamente o objetivo que visamos e não uma espécie de *a priori*. Na realidade, tais idéias são apenas hipóteses a explorar e não obstáculos a um exame sistemático das conste-



lações de idéias constitutivas do universo de Capistrano.

Quanto à escolha da 4ª série dos *Ensaios e estudos* para objeto desta análise, poderíamos talvez justificá-la como re-

sultante da avaliação que fizemos de cada um dos quatro volumes, cujo resultado foi a convicção de que os escritos daquela última série permitem uma visão mais ampla que os demais acerca do historiador cearense em face da história e da historiografia.²

Não se pense, porém, que não temos consciência de problemas e objeções mais ou menos prováveis. Afinal, estaremos a questionar, na prática, categorias respeitáveis, ou respeitadas, como 'totalidade'

e 'textualidade'.

Com referência à 'totalidade', convém deixar claro que não pensamos aqui nas conhecidas análises 'pré-textuais' e 'subtextuais',³ mas reconhecemos que os textos por nós analisados somente adquirem sentido mais amplo quando duplamente contextualizados: no conjunto da obra de Capistrano, e no 'momento significativo' correspondente à produção historiográfica cientificista.⁴ Tal contextualização entretanto fica para depois. Por enquanto, apenas nos interessam as concepções do próprio Capistrano a propósito de 'ciência', 'história', escrita da história, verdade histórica, fontes documentais, bem como seus juízos – e ironias – acerca de autores, obras e instituições de seu tempo. Interessam-nos, principalmente, as formas originais criadas por Capistrano para lidar com a história do Brasil.⁵

A questão da 'textualidade' sequer será, por enquanto pelo menos, objeto de discussão. Apesar das muitas proclamações e sentenças sobre a 'morte do autor', continuamos a trabalhar com a certeza de que é impossível e sem sentido, para nós, analisar os textos de Capistrano somente como material textual, sem associá-los àquele que os produziu, quando, como e porquê. Claro está, porém, que não preconizamos alguma coisa parecida com a busca de um suposto sentido 'original' ou 'verdadeiro', doado pelo autor. Nem por isso, no entanto, devemos cair no extremo oposto, recusando-nos a levar em con-

sideração os condicionamentos históricos da 'operação historiográfica', descrita por Michel de Certeau.⁶

Todavia, não é apenas aquilo que precede/acompanha a escrita da história que põe seu autor em evidência. Além disso, ou depois disso, entra-se no espaço-tempo da recepção, ou melhor, das recepções. No seu próprio 'tempo', e após, autor e obra aparecem quase sempre em íntima associação – o historiador e os textos que produziu.

Capistrano ocupa no conjunto da história da historiografia brasileira um lugar realmente único, uma espécie de quase (?) unanimidade. Marco fundamental, verdadeiro farol, entre a historiografia romântica e a modernista, isto é, entre Varnhagen e a tríade Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire e Caio Prado Jr., Capistrano gozou da admiração de seus contemporâneos e dos que vieram depois, a começar por José Honório Rodrigues. Críticas, quando as encontramos, são quase todas dirigidas muito mais à obra que Capistrano não produziu – mas que 'poderia muito bem ter produzido' – do que àquela efetivamente publicada. Quase obrigatórias, também, são as alusões simpáticas, 'compreensivas', às obras da 'fase cientificista' do jovem historiador, ainda com a cabeça cheia de idéias e teorias 'positivistas' e evolucionistas. Enfim, a 'revolução copernicana', o historiador que revolucionou, de alto abaixo, a escrita da história entre nós, o verdadeiro iniciador da moderna historiografia brasilei-

ra. Logo, afora os entusiasmos apaixonados e valorações algumas vezes hiperbólicas, Capistrano tem para nós o significado e importância de um problema-chave da nossa historiografia. Para tentarmos começar a resolvê-lo, há necessidade de algo mais do que a nostalgia dos futuros-passados do autor, a delimitação de 'fases', ou a proclamação retrospectiva de uma 'revolução' problemática, como tantas outras, na historiografia.

Ensaio e estudos, 4ª série, organizada por José Honório Rodrigues e publicada em 1976, apresenta várias novidades em relação às (três) anteriores, a começar pelo fato de ser composta de 17 ensaios e estudos 'assinados' e 58 outros, 'não assinados'. Em ambos os casos o período abrangido se estende de 1876 a 1904/5, se bem que a parcela mais substancial dos trabalhos compreenda os anos de 1879 a 1881/2, sendo seu veículo a *Gazeta de Notícias*.

No prefácio, José Honório Rodrigues informa sobre a proveniência destes *Ensaio e estudos* e explicita, em linhas gerais, os critérios que o levaram a incluir, ou excluir, textos atribuídos a Capistrano, sobretudo os 'indícios de autoria' que lhe permitiram reconhecer, com razoável convicção, o trabalho do historiador cearense.⁷

A matéria que se contém nesses textos de Capistrano é razoavelmente variada. Além do historiador, percebe-se aqui a

presença do observador da produção intelectual, sobretudo na seção "Livros e letras", ou na de "Variedade". Crítico e juiz, Capistrano distribui elogios e conselhos, condena e retifica, conforme o caso, sem jamais deixar escapar a oportunidade de invocar suas concepções positivistas, ou fazer valer sua própria erudição e competência de historiador.

Mas, deixemos um pouco de lado as incertezas da autoria e vamos tentar analisar esses textos em função de suas temáticas principais, cortando,

recortando e organizando o material discursivo segundo um certo número de tópicos que nos pareceram os mais significativos – do ponto de vista das nossas indagações.

Temos assim, então, algo como cinco tópicos principais e mais gerais: o *cientificismo* positivista; a visão *historicista*; a concepção rigorosa do *método histórico*, e do papel-chave atribuído à *erudição*; o conhecimento de *história do Brasil e sua historiografia*; a *perspectiva geográfica*, espacial.

À parte, apresentamos sua abordagem sobre as relações entre *portugueses e brasileiros*, e, quase como curiosidades, assinalamos amostras da atitude de Capistrano em face da 'política', apresentamos alguns exemplos de suas ironias e



farpas, e terminamos com uma breve apresentação do historiador 'moderno', atento à história social e cultural.

Comecemos pelo *cientificismo*

São freqüentes em Capistrano as referências a Herbert Spencer e Auguste Comte, bem como, embora menos numerosas, a Buckle e Littré. Capistrano parece estar convencido da realidade do 'conhecimento científico' das sociedades humanas enunciado pelo positivismo em geral e pela 'filosofia sintética' de Herbert Spencer, em particular. Ao noticiar a morte de Spencer (1887), Capistrano não poupa elogios ao filósofo que "assimilou e superou as idéias de Comte e soube rapidamente incorporar ao seu sistema a teoria geral da evolução", logo após a publicação da *Origem das espécies* por Charles Darwin (1859). Tampouco se esquece Capistrano das relações entre Buckle e Stuart Mill e Spencer.⁸

As alusões e citações de Capistrano das idéias desses expoentes do positivismo podem assumir, conforme o caso, características bastante variadas: argumento de autoridade, e esclarecimento científico, retificação ou correção de equívoco praticado por algum autor, educação e informação dirigidas ao leitor. Assim, se os ensaios de n^{os} 37, 38 e 29 sintetizam a história do positivismo no Brasil, ou especificamente em São Paulo,⁹ em outros, como os ensaios de n^{os} 2, 8 e 33, seu autor tenta aplicar à sociedade brasileira uma lei demonstrada por Comte e Spencer,¹⁰ ou seja: "... o desenvolvimen-

to individual e o desenvolvimento específico coincidem completamente". Ora, "... o característico da sociedade brasileira e pode dizer-se das sociedades americanas em geral é terem um órgão desempenhando várias funções".

Daí resultam conseqüências variadas, pois para que possa executar tarefas diferentes o *órgão* deve ter uma estrutura rudimentar e indefinida, enquanto que a *função*, não estando localizada, é pouco intensa nas suas manifestações, pouco produtiva no trabalho que realiza. Logo: "O *consensus*, a reação do todo sobre as partes, a reação das partes sobre o todo são pouco consideráveis".¹¹

Ao analisar o volume de José Leão, *Questões sociais*, Capistrano retoma "o fecundo princípio formulado pelo grande criador da filosofia positivista... os fenômenos sociais são interdependentes, e o estudo de um é possível somente com o estudo simultâneo de outros".¹² Segue-se a crítica ao uso equivocado, pelo autor em tela, dos conceitos de 'órgão' e 'função', ao abordar a imprensa, a literatura, as artes, a política, a religião, a família e o ensino. Segundo Capistrano, o equívoco consiste justamente em que "se há duas verdades demonstradas pela sociologia", a primeira é "que um povo tanto mais se atrasa quanto maior é o número de funções executadas pelo mesmo órgão", sendo a segunda a de que "só depois de circunscrito em sua ação pode o governo bem desempenhar o seu papel".¹³ Ao resumir sua opinião sobre o 'opúsculo',

Capistrano assim se pronuncia:

O autor tem dois graves defeitos: o primeiro, é só olhar para o presente (e assim) deixar de lado justamente o mais importante, isto é, o solo e as raízes. O segundo, é não classificar os fenômenos sociais segundo a sua dependência mútua, e assim privar-se dos auxílios que lhe prestaria o método verdadeiramente científico.¹⁴

Citamos apenas alguns exemplos. As referências a princípios 'positivos' são inúmeras e permeiam comentários os mais diversos de nosso autor.

O historicismo

O 'historicismo' nos textos de Capistrano não nos parece tão evidente ou fácil de detectar como o cientificismo. Aliás, é provável que espíritos menos avisados acreditem de boa fé que estamos a incidir em autêntica contradição teórica. Bem, mas esse é o problema mesmo das interpretações da historiografia de Ranke, expressão maior da escola histórica (germânica) e uma das referências principais de Capistrano no âmbito do ofício historiador.¹⁵

Nesses *Ensaio*s de Capistrano, a história como processo real, imanente, racional, está subentendida nas categorias do progresso e evolução, tão caras ao positivismo de Spencer. Bem mais que tal visão da história enquanto 'singular coletivo' o historicismo se faz presente em Capistrano na ênfase com que afirma a necessidade de se reconhecer a existên-

cia real, individualizada, de cada período histórico – os diferentes 'séculos' da história do Brasil. Aliás, percebe-se perfeitamente que a especificidade de cada século – aquelas características que os identificam como outros tantos 'indivíduos' históricos – situa-se tanto nas respectivas 'histórias' quanto no estado atual dos conhecimentos disponíveis acerca de cada um deles.

No texto dedicado ao livro de Manuel de Oliveira Lima sobre a história de Pernambuco,¹⁶ Capistrano elogia, emenda, discute e não deixa passar a ocasião de dar nomes aos séculos: "Se quiséssemos designar cada século de nossa história por um epíteto aproximado, saberia (sic) o de pernambucano ao XVI, o de baiano-paulista ao XVII, o de mineiro ao XVIII, como de fluminense ao que breve terminará". E acrescenta: "E do mesmo modo que a cultura do açúcar é o característico do primeiro, do segundo são as bandeiras e a criação do gado, do terceiro as minas e as deslocções da população, e do nosso o café, as estradas de ferro e a centralização".¹⁷

Noutro texto, criticando uma "história do Brasil, escrita pelo sr. Anibal Mascarenhas",¹⁸ Capistrano se detém a analisar a chamada 'primeira época', que o autor considera terminada em (1581), do que discorda Capistrano:

Se quiséssemos estabelecer épocas em fatos tão complexos e fugidios, como os que estuda a história, fixaríamos o fim da primeira em 1616, quando o

cabo de S. Roque estava montado, fundaram-se Ceará, Maranhão, Pará; a direção do rio-mar estava chamando para o ocidente; o mesmo movimento para o ocidente começava na Bahia...¹⁹

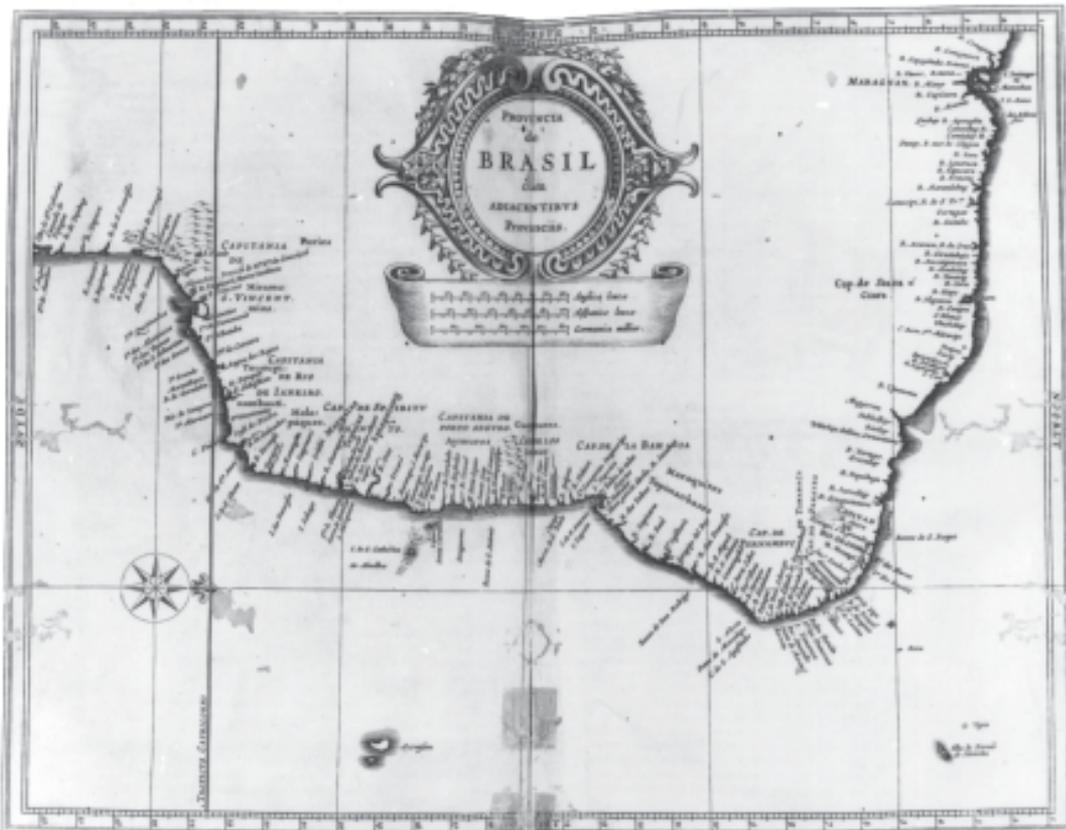
Por outro lado, na perspectiva do “estado atual” dos conhecimentos acerca de cada século, Capistrano, fazendo a crítica das *Efemérides nacionais*, de Teixeira de Melo, vai apontando, do século XIX até o XVI, em que e porque o citado autor merece maior ou menor credibilidade em termos das fontes utilizadas – ou das ignoradas – e dos autores consultados.²⁰

Dada a importância que atribuímos a esta questão do historicismo, optamos por

deixar sua análise sistemática para mais tarde. No presente texto apresentamos somente alguns exemplos, dentro dos limites que nos impusemos.

A concepção do método histórico e o papel da erudição

Em diversos passos, Capistrano exterioriza suas convicções a respeito do que entende ser uma escrita moderna da história – necessidade de generalização e crítica rigorosa das fontes documentais: “... após quatro séculos de empirismo, uma necessidade de generalização se faz sentir, que só pode ser satisfeita depois que as particularidades bem estudadas fornecerem uma base larga para a refle-



Johan Nieuuhofs. *Gedenkwaardige Brasiliae Zee-em-Lant-Reize* [...]. Amsterdam, 1682.

xão”.²¹

Nota-se, nesse trecho, como seu autor enuncia um discurso que, após um primeiro momento – necessidade de generalização, isto é, de teoria –, desilude prontamente os mais afoitos ao lembrar que, embora real, a necessidade de generalização só poderá ser atendida depois que as particularidades forem bem estudadas.²²

Outra não é, aliás, a substância de crítica dirigida por Capistrano a Pereira da Silva:

A história quando é escrita com precipitação, sem o conhecimento dos fatos e de todas as circunstâncias que a eles se prendem, e onde o autor, poeta ou romancista dá largas à sua imaginação, deixa de ser história, é romance, é poema, deleita, agrada, distrai, mas não instrui, e não adianta idéia alguma, e livros que não adiantam idéias, de pouca utilidade são.²³

Para Capistrano, “ou história verdadeira ou romance, tem-se a escolher, mas fazer romance em assuntos sérios, só um espírito superior disso é capaz”.²⁴

Como era do seu estilo, Capistrano não perdeu a oportunidade de fazer ironia: “É preciso saber muita coisa, ter grande solidez de raciocínio, para se poder escrever história, e entre o que se deve saber é indispensável também conhecer a história que se pretende escrever”.²⁵

Para Capistrano, o “ponto de vista histórico” difere bastante do “ponto de vista literário”,²⁶ quando se trata da leitura de

um livro. Na realidade, porém, a diferença é bem mais profunda e já está presente no próprio texto. Embora nestes *Ensaíos* ele nos ofereça numerosos estudos sobre temas literários²⁷ – algo normal se tivermos em mente a natureza da sua seção na *Gazeta de Notícias* –, o fato é que, do seu ângulo de visão, não há como se perder de vista que a história exige um método rigoroso de busca e crítica das fontes, base da objetividade de um discurso que se propõe como verdadeiro.

Na prática historiadora de Capistrano, as fontes documentais são quase tudo, daí resultando, em contrapartida, uma permanente preocupação com as ‘lacunas’ historiográficas, as inexatidões documentais, a crítica deficiente das fontes, salpicadas sempre, aqui e ali, de uma ou outra observação irônica, como no ensaio “História pátria” (1905): “Em vez de combinar os documentos vistos por Varnhagen e ainda desconhecidos, o protesto de Bertrand d’Ornesan e o informante de frei Vicente, deixemo-los com todas as discordâncias aos investigadores futuros”.²⁸

As fontes constituem, portanto, a pedra de toque do trabalho historiador, e do seu perfeito conhecimento, ou não, decorrem elogios e críticas. Elogios, por exemplo, quando Capistrano comenta o primeiro volume do parecer apresentado por Pandiá Calógeras à comissão especial da Câmara dos Deputados incumbida de legislar sobre as minas nacionais: “Muitas questões complicadas de geografia e his-

tória são esmiuçadas por quem, *conhecendo diretamente as fontes* (grifo nosso), pôde dar novas soluções às vezes e outras as dá mais completas”.²⁹

Críticas, em compensação, como na apreciação da *História do Brasil*, de Matoso Maia, a qual não sendo “má”, pois é até mesmo “aproveitável”, tem “dois grandes defeitos”.

O primeiro é não mostrar o estudo das fontes. Que um professor de *história universal* as não conheça, é desculpável, é mesmo justo: mas um professor de *história particular* – professor que rege a cadeira há anos, história que pouco mais abraça que três séculos – não nos parece que tenha a mesma desculpa.³⁰

Ou, ainda, acerca de *A crônica geral e minuciosa do Brasil*, de Melo Moraes:

... nem sempre os resultados nos satisfazem. Poderíamos dar muitos motivos, porém dois bastam. O primeiro é que os seus documentos saem às vezes truncados ou fora do lugar conveniente. O segundo é que tendo de se ocupar de mais de três séculos de nossa história, o laborioso escritor não pôde tratar completamente de nenhum no que está publicado.³¹

Em suma, como observa Capistrano em outro artigo sobre “História pátria”, são muitos os perigos que rondam o historiador: “Em alguns pontos, vê-se que o autor andou demasiado às pressas, ou não tira dos documentos tudo quanto con-

têm, ou dá-lhes uma interpretação que não é a que daria se de mais folgas dispensasse para a meditação”.³²

Ao contrário de Aníbal Mascarenhas, historiador objeto das críticas acima, Teixeira de Melo, autor de *Efemérides nacionais*, só merece elogios: “O que a distingue das outras de igual espécie que há entre nós, é o conhecimento direto e o estudo próprio das fontes, em que, como chefe da Seção dos Manuscritos da Biblioteca Nacional, tanta facilidade tem o autor em haurir”.³³

Em um de seus curiosos e sugestivos “Gravetos de história pátria”, Capistrano proporciona ao leitor um autêntico roteiro metodológico: “O melhor meio de estudar a história pátria, ou antes o único, é tomar os testemunhos contemporâneos autênticos e deles extrair a narrativa dos acontecimentos. Apurados estes, resta pela sua comparação descobrir os fatos gerais, isto é, as leis e tendências que dirigem a nossa existência de quatro séculos”.³⁴

No entanto, escreve Capistrano, tal estudo não é suficiente. A verdade que com ele se alcança é ainda incompleta e inativa e para torná-la viva e fértil é necessário fazer acompanhar a crítica dos documentos de duas ordens de investigações que os esclarecem: “A primeira é o exame da história dos outros países americanos”, pois, apesar de todas as diferenças,

o problema inicial é o mesmo: radicar uma civilização transplantada. A segunda ordem de investigações é o estudo

dos sertões... Nos sertões, em consequência das distâncias, a sociabilidade é sempre diminuta e intermitente e a ação coletiva fraca e mesmo insignificante... Consequência: o sertão se conserva estacionário, isto é, colônia, "histórico", se pode empregar-se esta expressão.³⁵

A história do Brasil e sua historiografia

Conhecer as fontes documentais, sim, mas conhecer também a 'história e a historiografia', pois é sempre do cotejar dessas duas que emerge a percepção precisa do que já se conhece, bem como das lacunas que ainda persistem – constantemente tendo-se em vista cada século de *per sí*. Em Capistrano, aliás, uma vasta erudição parece estar sempre a serviço do esclarecimento ou retificação do que se supõe já sabido, e, ao mesmo tempo, da indicação dos caminhos ou problemas ainda insuficientemente percorridos ou equacionados.

Em Capistrano, em muitos destes ensaios, não se separam a exposição histórica, a crítica documental e a erudição do autor. Ao apreciar, quer as edições ou reedições de textos fundamentais, quer as obras recém-publicadas, ele raramente consegue evitar a apresentação de um novo desenho ou resumo do tema em foco. Assim, ao comentar a *História do Brasil*, de Oliveira Martins, Capistrano começa por distinguir entre as duas histórias de que o Brasil precisa:

Uma – *história íntima* – deve mostrar

como aos poucos se foi formando a população, devassando o interior, ligando entre si as diferentes partes do território, fundando indústrias, adquirindo hábitos, adaptando-se ao meio e constituindo por fim a nação.

A outra – *história externa* – convém que trate o Brasil como colônia portuguesa, a princípio desdenhada, dividida depois em donatarias para fazer frente aos franceses, paulatinamente reduzida à possessão régia, vaca de leite no tempo de d. João IV, bezerro de ouro no tempo de d. João V.

A primeira, afirma Capistrano, "deve escrevê-la um brasileiro, e só daqui a quarenta anos será possível, quando estiverem reunidos os documentos, e as monografias tiverem esclarecido pontos ainda obscuros", ao passo que para a segunda "um português é preferível, porque grande parte dos monumentos existe em Portugal e, além disso, proferida por lábios portugueses, a sentença não será acoimada de injusta".³⁶

E assim, no entender de Capistrano, aquela "história externa" bem que podia ser escrita por Oliveira Martins, "se a tendência generalizadora do seu espírito não lhe apresentasse a empresa como somenos, ou se os fatos em sua particularidade e exatidão não se amoldassem pouco à sua natureza". De fato, acrescenta, "é difícil encontrar um livro mais inexato que o de Oliveira Martins"; rara é a página em que não se encontra um erro e se não se tratasse de quem é, escreve Capistrano, "não

teríamos dúvida em declarar que a presente história do Brasil é uma obra de fancaria".³⁷

Em outros artigos, o historiador cearense oferece-nos sínteses brilhantes de "História pátria", como, por exemplo, ao tratar da sociedade portuguesa de começos do século XVI e da "vida segura e conversável" instituída por Martim Afonso nas praias de São Vicente e nos campos de Piratininga;³⁸ ou ainda, ao se referir às capitanias hereditárias,³⁹ elementos-chaves da história do Brasil no século XVI. O mesmo se pode dizer, em maior ou menor grau, das observações de Capistrano a propósito de livros publicados por Melo Morais,⁴⁰ Oliveira Lima,⁴¹ Aníbal Mascarenhas,⁴² José Leão⁴³ e Teixeira de Melo.⁴⁴ Tomados em conjunto, tais ensaios oferecem-nos a visão do constante vai-e-vem, típico de Capistrano, entre sua propensão propriamente historiadora e a tentação, ou hábito, da erudição textual e factual, que não lhe permitem, talvez, ler uma obra de história do Brasil sem que, de imediato, assinale erros, insuficiências ou lacunas factuais.

Uma história em perspectiva geográfica – os múltiplos espaços

A história do Brasil, na visão de Capistrano, possui uma espessura temporal diminuta, "apenas três séculos", escreveu ele. Com a cabeça cheia de teorias científicas a respeito da influência da natureza ativa ou passiva e da raça – em confronto com a do meio social (população, cultura, linguagem), espe-

cialmente sua influência sobre o organismo social (acanhamento das funções, depauperamento do organismo, atrofiamento da sociedade brasileira⁴⁵) –, nosso autor voltou-se freqüentemente para a geografia.

A ocupação-construção do espaço geográfico assume, assim, o lugar de honra na compreensão do processo histórico brasileiro. Em função dessa perspectiva, ganham significação alguns dos pares semânticos por ele utilizados: litoral e interior ou sertão; viagens exteriores e interiores; ação dos particulares e dos governos; entradas e bandeiras; sertão e cidade(s) ou beira-mar. Trata-se aí, provavelmente, de outros tantos caminhos e atalhos em busca do "caráter nacional" cuja explicação se irá encontrar por meio do conhecimento das "origens do povo brasileiro", tal como se depreende, por exemplo, da intervenção de Capistrano na polêmica entre Sílvio Romero e Couto de Magalhães.

'As viagens' constituem uma parte da história pátria que deveria ser estudada com especial cuidado. "Fato capital de nossos anais durante muito tempo" e princípio de classificação.

Com efeito, até certo ponto é possível reduzir a dois os períodos da história do Brasil: durante o primeiro, as viagens dão-se no litoral que acabam povoando quase totalmente; no segundo, levam ao interior que desfloram, exploram e até certo ponto povoam.

Como todos os períodos históricos, es-

tes se deixam dividir com alguma dificuldade; entretanto, se pode com alguma precisão dar para extremo a guerra holandesa.⁴⁶

No período do litoral, os objetos preponderantes, senão exclusivos, do comércio foram as madeiras, o açúcar e depois o fumo; no segundo, a primazia pertenceu à criação de gados e à mineração – temos aqui as províncias colonizadas ou exploradas durante o período do sertão: Ceará, Piauí, Minas, Goiás e Mato Grosso. Todavia, “apesar de tão importante, uma história das viagens ainda não foi escrita, nem sê-lo-á nestes cinquenta anos”.⁴⁷

Segundo Capistrano, por meio das sesmarias escrever-se-ia uma história que ainda não encontrou quem a narrasse: a do “emprazamento lento do território; do avanço da civilização e do refluxo da barbaria”.

É provável que dentro de uns três séculos ela seja descrita quando outras questões estudadas com o rigor dos princípios científicos mostraram que a luta territorial é a grande, a importante, a fundamental questão, sem a qual nenhuma outra pode ser completamente resolvida.⁴⁸

Sublinha então Capistrano as duas direções tomadas pelos esforços dos conquistadores no século XVI: no litoral, do norte ao sul; no sertão, do oriente para o ocidente. Essa dualidade entrou pelos séculos XVI e XVIII e ainda durava no XIX. Para explicá-la, é preciso colocar-se de-

pois de 1549 e se ter em vista as diferenças então existentes entre as capitanias de Coroa e as capitanias senhoriais. Estas tinham marcado um litoral, o indeterminado ficava para o ocidente.

Já as capitanias reais tinham o indeterminado no sertão e no litoral – neste as capitanias realengas podiam sempre expandir-se às custas da desídia ou da impotência dos donatários. Logo, se as capitanias senhoriais não podiam alargar seus domínios no litoral, a tendência devia ser de aplicarem-se ao interior.

Em resumo, foi o governo que explorou e colonizou quase todo o litoral, que nos pôs em comunicação com a Europa e que para aqui transplantou a civilização ocidental; mas foram os donatários que iniciaram a conquista do sertão e assim concorreram para a formação de um país e de um povo novos e que desde o começo tenderam a diferenciar-se dos moldes europeus.⁴⁹

Em outro texto, retomando a mesma temática, Capistrano reafirma sua interpretação acerca das duas forças divergentes que “laboraram no empossamento do território nacional”: os donatários, voltados para o interior, e o governo, direcionado ao litoral. Para demonstrar a regularidade de tal processo, Capistrano propõe a divisão das províncias do Brasil em duas classes: na primeira, aquelas que entestam com possessões estrangeiras; na segunda, as que por todos os lados entestam com terras nacionais.

Nas primeiras, o povoamento não é es-

pontâneo, pois que o determinam sobretudo considerações militares; nas segundas, o que domina é a conveniência industrial... Nas províncias que confinam com países estrangeiros, as fronteiras são o ponto de partida do povoamento.⁵⁰

Já no caso das províncias não militares, o povoamento parte do oriente para o ocidente, do oceano para o sertão, se bem que se encontrem algumas anomalias ou irregularidades determinadas por “diferentes causas: a maior ou menor resistência dos indígenas, a maior ou menor facilidade em navegar os rios e sobretudo os empenhos industriais que se têm em vista” – como nos casos de São Paulo, Minas Gerais e Ceará.⁵¹

Logo, em resumo, o povoamento do Brasil cedeu a duas correntes: a corrente militar e a industrial.

Associando sempre as bandeiras à conquista e ao povoamento do sertão, Capistrano tendia a incorporar à sua análise aquelas noções por nós já mencionadas: ‘viagens interiores’, apossamento territorial do oriente para o ocidente, papel dos donatários, mais voltados para o interior, o indeterminado das capitânias senhoriais, enfim, a expressão concreta da “corrente industrial” do povoamento. Veja-se, a título de exemplos, seus comentários sobre a história da ocupação e do povoamento de São Paulo (as bandeiras e as minas),⁵² ou a propósito da influência da geografia na história pernambucana, nos comentários que faz

a um livro de Oliveira Lima.⁵³

Não sendo para nós, ao menos por ora, oportuno analisar os ensaios e artigos de Capistrano dedicados a temas especificamente literários, resta-nos assinalar três tópicos bastante distintos, cuja importância relativa caberia talvez ao leitor avaliar: as *relações entre colonizadores e colonos*, “portugueses e brasileiros”; o *apoliticismo*, aparente ou real, de Capistrano; *suas ironias e farpas*.

a) Capistrano praticamente não aborda de maneira sistemática a questão das relações entre os colonizadores e colonizados. Bem que gostaríamos que o houvesse feito, pois assim talvez fosse possível avançar um pouco a propósito de alguns temas e questões que particularmente nos atraem: o(s) lugar(es) da cooperação e do conflito na sociedade colonial; o surgir de um ‘sentimento nacional’, a noção de ‘povo brasileiro’; as tomadas de consciência antilusitanas; a ‘independência’ como projeto.

Infelizmente, para nós, essas coisas não parecem estar muito claras em Capistrano, ou para o próprio Capistrano! Assim, ao comentar a reimpressão da *História da América portuguesa*, de Sebastião da Rocha Pita,⁵⁴ ele não esconde seu entusiasmo pelo autor e pela obra. Releva-lhe a falta de espírito crítico – algo comum então – e louva-lhe “as inspirações de forte patriotismo”, pois “ele amava a

sua pátria como artista”, mas “amava também a pátria como homem, e o fato de se entregar às pesquisas de seus anais o prova bastante”, porém “a idéia de independência não lhe sorria”, não tinha simpatia por qualquer separatismo brasileiro – queria ver o Brasil unido a Portugal. Afinal, explica Capistrano, Rocha Pita era rico, de Portugal recebeu grandes distinções; “era um saciado” que desde cedo se impregnara desse “respeito que os vassallos do Brasil têm aos seus governadores que chega a parecer idolatrias”, conforme suas próprias expressões.⁵⁵

Bem mais complicada, no entanto, é a questão quando se trata de criticar, re-

tificar, refutar os exageros ou radicalismos então na ordem do dia a respeito das semelhanças e diferenças entre Portugal e Brasil, ou entre portugueses e brasileiros. É o que vemos, por exemplo, num artigo sobre um livro de Luís Barreto (quarto volume da Biblioteca Útil) em que nega com veemência as idéias de ‘fatalidade biológica’ e ‘determinismo sociológico’ para explicar o ‘caráter português dos brasileiros’, quando, segundo Capistrano, a verdade é a diferenciação, embora não se trata de negar grandes semelhanças entre Brasil e Portugal.

Os *Rascunhos sobre a gramática portuguesa*, de Batista Caetano, oferecem a Capistrano oportunidade para abor-



Henry Chamberlain, *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*, Rio de Janeiro; São Paulo, 1943.

dar “nossa independência lingüística, conseqüência fatal da independência política que já se fez, da independência literária que se está fazendo, e da independência industrial que se fará quando povo e governo melhor curarem de seus interesses”.⁵⁶ Congratula-se Capistrano com a crescente aceitação da idéia de ‘dialeto brasileiro’, mas não aceita que a diferença dialetal consista apenas em variedades fonéticas produzidas pelo clima e pela miscigenação de raças. Na verdade, afirma, “a linguagem de um povo é um organismo – ao alterar-se um membro alteram-se também os outros”.⁵⁷

Por ocasião do 7 de setembro de 1881, as reflexões de Capistrano encaminham-se no sentido de focar historicamente os acontecimentos de 1822. Em primeiro lugar, está o fato de que o dia Sete de Setembro “radica cada vez mais na consciência nacional”, quando, há anos, “era de alguma sorte um fato dinástico”. À medida que se conhece melhor o passado, explica, abarcando-se suas manifestações múltiplas, “vê-se que é um dia lógico e coletivo, que teve uma incubação de séculos e teria alvorecido quaisquer que fossem as circunstâncias”.⁵⁸

Na realidade, continua,

a diferenciação era fato inevitável entre a Colônia e a Metrópole – apesar, no entanto, das muitas diferenças que se manifestaram desde o início da colonização, coisa que os

primeiros povoadores compreenderam intuitivamente; a jovem Colônia “estremecia e curvava-se de veneração” ante a Metrópole.

Nesse passo, Capistrano reitera um de seus temas prediletos: a submissão da Colônia à Metrópole lusa somente começou a ser abalada quando contra ela foram desfechados golpes ao mesmo tempo no sul e no norte – no sul, os paulistas, indo aprisionar índios nos domínios de Castela; no norte, os pernambucanos, quebrando o jugo dos holandeses.

A partir da segunda metade do século XVII já não é mais a luta contra estrangeiros – “agora é a luta entre colonos e reinóis, entre portugueses da Europa e portugueses da América”, porém “ainda não estava desenvolvida a idéia de pátria comum: não havia brasileiros e portugueses e a luta não podia tomar caráter nacional”.⁵⁹

Assim, de forma um tanto original, Capistrano contorna o (nosso) fantasma do ‘nativismo’, pois, diante de “todas as revoltas começadas, todos os movimentos de impaciência...” a palavra mais adequada para qualificá-las seria ‘lutas municipais’, cujos vestígios ainda se encontram em diferentes províncias: ‘filhos da terra’ *versus* ‘mercadores’. ‘Lutas municipais’ teriam sido então a revolta de Beckmann e a guerra dos Mascates.

Aos poucos, no entanto, se ia forman-

do a consciência de comunidade e de solidariedade entre as diferentes províncias. As descobertas das minas provocaram o combate dos interesses (alusão provável à chamada 'guerra dos emboabas'), maiores exigências do reino, e, como resultado, o despedaçamento dos laços que ligavam a Colônia à Metrópole. Intensos e vivazes, a antipatia e o ódio entre colonos e reinícolas impressionam viajantes estrangeiros, sendo a conspiração de Minas, ou de Tiradentes, um sintoma.⁶⁰

Pouco simpático a d. João VI, Capistrano é grato a d. Pedro I – “porque ele prestou-nos um grande serviço, talvez o único” (referência à unidade do país). Enfim, “os louvaminheiros oficiais podem esquecer toda a elaboração destas idéias, que germinou nas bandeiras dos paulistas, foi acalentada entre os arraiais pernambucanos, estendeu-se por toda parte e um dia cristalizou-se fulgurante no espírito de Tiradentes”.⁶¹

- b) A propósito do apoliticismo de Capistrano, fiquemos, pelo menos por ora, com algumas amostras no mínimo curiosas:

Primeira – Na polêmica de Santos Werneck, um positivista que não é republicano, contra Assis Brasil, positivista republicano, Capistrano recusa-se a opinar por não conhecer o trabalho de Assis Brasil, mas acrescenta: “... mesmo porque estas questões

de política são muito transcendententes para que nelas nos aventuremos”. E, no entanto, como é comum, a política expulsa logo retorna: “... se não estamos convencidos... que a monarquia é necessária, não temos dúvida em com ele reconhecer que a república é ineficaz e impotente”.⁶²

Na opinião de Capistrano, “o empirismo, o estágio rudimentar em que nos achamos, não pode ser modificado por simples mudança de forma de governo”. O trabalho em foco (*Positivismo republicano na academia*, de Santos Werneck), se prezasse o conhecimento da história pátria, “mostraria que entre o regime atual e o da Colônia há muitas diferenças aparentes porém muitas concordâncias profundas e efetivas. O sertão pode dizer-se que é puramente Colônia...”.⁶³

Segunda – “Recebemos um folheto do sr. J. F. Rocha Pombo, impresso em Morretes, no Paraná. Intitula-se ‘Ao povo’ e trata de política. *Passa fora!*”⁶⁴

Terceira – “... é por não pretendermos falar da obra (*Soluções positivas da política brasileira*, de Luís Barreto). Trata-se aí de política, e este elemento está banido destas colunas. Que o diga o dr. Franco de Sá, de cujo interessante livro não dissemos palavra.”⁶⁵

- c) Quanto ao terceiro tópico, ao concluir breve comentário sobre a *Gramática portuguesa*, de Júlio Ribeiro, Capistrano contrasta admiração e

tristeza:

Eis um homem que, no centro de São Paulo, não poupou tempo, nem esforço, nem despesa, parece ensinar aos seus naturais o que de outrem não pôde aprender. Este homem, porém, nem é lente do Pedro II, nem professor da Escola Normal, nem membro do conselho diretor da instrução pública. Portanto o seu livro não será adotado nem será lido, e ficará no conceito dos Garniers muito abaixo dos livros dos Motas *et reliqua*.⁶⁶

A respeito da segunda edição da *História da fundação do Império brasileiro*, do conselheiro Pereira da Silva, Capistrano é sarcástico: “Escrito de longo fôlego, exigiu ele muita força de vontade e aplicação do seu laborioso autor, mas a verdade é que com muito mais gosto e eloquência, em menos páginas, se podem dizer quanto em três volumes diz o sr. conselheiro Pereira da Silva”.⁶⁷

As ironias não param por aí pois Capistrano mostra-se implacável: “a coragem e o sangue frio manifestados por ele sempre que empunha a pena: aborda todos os assuntos com a maior sem-cerimônia possível”, mas “a grande ilusão do sr. conselheiro Pereira da Silva é supor que se escreve história com a mesma facilidade com que se improvisa um romance...”.⁶⁸

Em outro artigo, quando faz uma aná-

lise dos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Capistrano reconhece que

mesmo no Instituto algumas pessoas existem dignas de pertencerem à comissão (que iria escrever uma história física e política do Brasil). Conselheiro Pereira da Silva pode talvez ser aproveitado; mas é preciso cautela: havendo necessidade de qualquer data, nome ou título de livro, o conselheiro não tem escrúpulos em inventá-los. Cautela pois; tanta prodigalidade necessita um curador.⁶⁹

Por sinal, Capistrano não poupa ironias ao IHGB. No texto que acabamos de citar, por exemplo, ele caracteriza e avalia, em poucas palavras, as pessoas que, no seu modo de entender, são merecedoras de crédito, para afinal concluir: “Assim vemos que de 187 sócios do Instituto podem servir e servir bem 26; podem servir condicionalmente três; são perfeitamente inúteis 158”.⁷⁰

Mas encontramos, ainda, outras farpas. É assim que se podem entender os comentários de Capistrano sobre a filosofia do caráter brasileiro que teria sido formulada por d. Pedro II: “entre nós as aspirações limitam-se a duas: ser senador ou lente de Pedro II”. Depois de rejeitar, ironizando, essas duas metas, Capistrano declara pretender “posição muito mais elevada: a de membro do Instituto Histórico” – e se-

gue-se, então, longa e irônica descrição sobre o que é e em que consiste ser membro do Instituto.⁷¹

Havendo de ceder à imposição regulamentar hesitamos mais; já escolhemos até o assunto. Vamos escrever a história do Instituto Histórico, uma história curiosíssima, onde estão traçadas em caracteres indelévels os progressos da história pátria, a dignidade de nossas letras, os efeitos da proteção sobre a literatura, enfim a origem e desenvolvimento da literatura oficial.⁷²

Respondendo, treplicando na verdade, a artigo de Matoso Maia, e ironizando

a afirmação de que ele (Capistrano) seria “lido e versado em todos os ramos de conhecimentos humanos”, Capistrano se apropria do discurso do oponente: “Como podemos sê-lo ‘se ainda não lemos tudo quanto julgamos necessário’?”. Criticando o curso de literatura brasileira, de Melo Moraes Filho, e, finalmente, ao comentar a comemoração do centenário de Camões pelo Gabinete Português de Leitura, o historiador cearense é incansável! Critica obras, pessoas e comportamentos sempre com a mesma ironia afiada e implacável:

Sem o Gabinete, o centenário teria



Henry Chamberlain, *Vistas e costumes da cidade e arredores do Rio de Janeiro em 1819-1820*, Rio de Janeiro; São Paulo, 1943.

sido celebrado no Brasil? É bem provável que não. Suponhamos, porém, que o fosse. A festa seria alinhavada nas vésperas; não haveria a unanimidade, o aspecto solene, o caráter nacional que revestiu. Os brasileiros somos incapazes de pensar em uma coisa oito dias antes de fazê-la, e por isso as manifestações coletivas revestem entre nós um caráter constante de patuléia.⁷³

Capistrano precursor da 'nova história'?

Nos vários ensaios intitulados "Gravetos de história pátria", Capistrano apresenta observações e sugestões quase sempre originais e, não raro, à frente dos estudos históricos da sua época. Trata-se, de verdade, de temas e questões um tanto marginais com relação aos objetivos do presente trabalho, mas julgamos que esta análise da 4ª série dos *Ensaio e estudos* ficaria incompleta caso não fizéssemos uma alusão, sumária, a esses autênticos *insights* historiográficos 'modernos' de Capistrano.

Observe-se, para começar, a maneira sutil como ele introduz o problema do visível e do invisível, do dito e do não dito, na história do Brasil: as poses assumidas por quem vai tirar um retrato são em geral as menos familiares ou típicas do retratado; nas obras de história se dá a mesma coisa: nos livros que pretendem pintar uma época raramente encontra-se a feição que a destaca – porque se acha escondida ou fora de alcance.

Partindo dessa metáfora, Capistrano afirma:

Quem lê uma história do Brasil, mesmo a melhor que é a de Varnhagen, não pode suspeitar a importância de um fato que todos os historiadores omitem: os festejos. E entretanto nada há mais freqüente, mais típico, mais notável durante todo o período de nossa dependência. O Brasil naquele tempo era uma festa quase ininterrompida.⁷⁴

Festas de igreja, festas pela família real e nas chegadas de governadores e bispos – festas, em suma, de caráter público, para não mencionar as de caráter particular, inumeráveis, como já assinalava Fernão Cardim, em 1584.

Como "a significação destas festas ainda não foi estudada, nem é conhecida", Capistrano propõe quatro causas para os festejos freqüentes, sendo a primeira "a ausência da vida da família, conseqüência do segregamento absoluto dos sexos antes do casamento".

Enfim, "os festejos dos tempos coloniais provam uma sociabilidade instável e imperfeita".⁷⁵

Dando seqüência à questão da vida familiar, os Gravetos seguintes abordam as conseqüências do limitado número de mulheres portuguesas na Colônia: "a mestiçagem dos europeus com os brasis começou desde o primeiro dia, e em muito maiores proporções que com os africanos". Mais importante, no entanto, foi o impacto sobre a moralidade – a grande corrupção dos costumes, a desmoraliza-

ção que reinou nos primeiros tempos da história do Brasil.⁷⁶

Como resultado, temos o “estado de segregamento em que viviam os dois sexos”; a mulher trancada dentro de casa o tempo todo; o homem, desde criança convivendo com os castigos, com os vícios de uma educação precária, com a escravidão, com o pai autoritário e distante. Logo, o amor “era planta efêmera e exótica”.⁷⁷

Finalmente, a família, e, nesse passo, Capistrano estabelece um paralelismo entre o governo da família e o governo do Estado. Se o Estado é governado “militarmente” – através da coação, da imposição –, a família também o é; se o

Estado é governado “industrialmente” – por meio de cooperação, consentimento, discussão –, o mesmo acontece na família. Nessa altura, Capistrano retoma sua conhecida distinção entre o litoral e o sertão, e aplica à relação entre cônjuges na sociedade colonial os traços que ao seu ver caracterizariam, ainda, o sertão: “o homem assumia a posição imperiosa; tomava a atitude de capitão-mor; ... A mulher passava a um papel secundário, o de vassalo ou agregado. A família, de bases já de si superficiais, ficava sem base alguma. A casa era um inferno... Era necessário achar meios de divertimentos, inteiramente diferentes da família. O jogo era um... O segundo expediente eram as festas...”.⁷⁸

N O T A S

1. No âmbito do projeto “A questão do moderno na história da cultura brasileira”, o nosso subgrupo vem desenvolvendo um subprojeto acerca da “Questão do moderno na historiografia brasileira”, no qual são estudadas as obras de Capistrano de Abreu, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima, João Ribeiro, Sílvio Romero, João do Rio, e outros intelectuais da *Belle Époque*.
2. Capistrano de Abreu, *Ensaios e estudos*, 1ª série, 2ª edição, nota liminar de José Honório Rodrigues, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira/Instituto Nacional do Livro, 1975; *Ensaios e estudos*, 2ª série, 2ª edição, 1976; *Ensaios e estudos*, 3ª série, 2ª edição, 1976; *Ensaios e estudos*, 4ª série, edição preparada e prefaciada por José Honório Rodrigues, Civilização Brasileira, 1976.
3. Carlos Reis, *Técnicas de análise textual*, Coimbra, Almedina, 1981, 3ª ed. rev.

4. Já na definição do projeto anterior, sobre a "História da história no Brasil", utilizamos essa noção de 'momento significativo', haurida em Antônio Cândido, para sintetizar e organizar em conjuntos razoavelmente coerentes os textos de historiadores unidos por algumas identidades essenciais a respeito da natureza da história-disciplina e da sua escrita.
5. Chamemos de *insights* essas manifestações irônicas e críticas a propósito de homens e coisas do seu tempo. Interessam-nos aí, sobretudo, algumas sugestões e percepções de Capistrano sobre as características essenciais da história do Brasil.
6. Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975, pp. 63-122.
7. *Ensaaios e estudos*, 4ª série, pp. XI-XIII.
8. *Ibidem*, nº 14, pp. 153-155 e nº 19, pp. 173-174.
9. *Ibidem*, nº 37, pp. 252-258 e nº 29, pp. 218-221.
10. *Ibidem*, nº 2, pp. 17-24, nº 8, pp. 46-50, e nº 33, pp. 236-240.
11. *Ibidem*, nº 8, pp. 128-129.
12. *Ibidem*, nº 33, p. 236.
13. *Ibidem*, nº 33, p. 239.
14. *Ibidem*, nº 33, p. 240.
15. Francisco José Calazans Falcon, "'Historicismo': a atualidade de uma questão aparentemente inatual", *Tempo*, v. 2, nº 4, dez. 1997, pp. 5-26.
16. Manuel de Oliveira Lima, *Pernambuco, seu desenvolvimento histórico*, Leipzig, F. A. Brockhaus, 1894, 1 vol., in 8º, XIII, 327 p.
17. *Ensaaios e estudos*, 4ª série, nº 20, pp. 179-180.
18. *Ibidem*, nº 22, p. 191.
19. *Ibidem*, nº 22, p. 193.
20. *Ibidem*, nº 22, pp. 246-247.
21. *Ibidem*, nº 35, p. 246.
22. É por demais significativa a insistência de Capistrano neste ponto: toda generalização será sempre apressada – ou impossível (?) – enquanto as particularidades não forem bem estudadas. O desconhecimento dos fatos, isto é, da realidade histórica, abre caminho à imaginação, quer dizer, à literatura, e afasta o historiador daquilo que mais lhe deve interessar: as idéias!
23. *Ensaaios e estudos*, 4ª série, nº 6, p. 39.
24. Como exemplos de literatos famosos que tentaram escrever história mas "só conseguiram fazer romances, poemas, livros de anedotas...", Capistrano menciona Lamartine, Thackeray, Castelar e Petruccelli della Galtina.
25. *Ensaaios e estudos*, 4ª série, nº 6, p. 40.
26. *Ibidem*, parte II, nº 2, pp. 100-101.
27. *Ibidem*, "José de Alencar", parte I, nºs 7, 8, 9 e 10; "Literatura brasileira", nº 11; "Literatura. Uma grande idéia", nº 17. Na parte II, sempre com o título "Livros e letras", há numerosos ensaios sobre temas literários.
28. *Ibidem*, parte I, nº 12, p. 69.
29. *Ibidem*, loc. cit., nº 16, p. 84.
30. *Ibidem*, parte II, nº 9, p. 131 e nº 21, p. 188.
31. *Ibidem*, parte II, nº 17, p. 166 (1880).
32. *Ibidem*, nº 22, p. 194 (1898).
33. *Ibidem*, nº 25, p. 205 (1880).
34. *Ibidem*, nº 54, p. 308.
35. *Ibidem*, nº 54, p. 309.
36. *Ibidem*, nº 15, pp. 157-158 (1880).

37. Ibidem, loc. cit.
38. Ibidem, parte I, n° 12, pp. 63-70 (1905).
39. Ibidem, parte I, n° 13, pp. 71-77 (1905).
40. Ibidem, parte II, n° 17, p. 165.
41. Ibidem, parte II, n° 20, p. 177.
42. Ibidem, parte II, n° 22, p. 192.
43. Ibidem, parte II, n° 33, p. 236.
44. Ibidem, parte II, n° 35, p. 247.
45. Ibidem, parte I, n° 1, pp. 3-16 e n° 2, pp. 17-24 (1876).
46. Ibidem, parte II, n° 46, p. 280 (1881).
47. Ibidem, parte II, n° 46, p. 281.
48. Ibidem, parte II, n° 55, p. 311 (1881).
49. Ibidem, parte II, n° 55, p. 312.
50. Ibidem, parte II, n° 56, p. 314 (1882).
51. Ibidem, parte II, loc. cit.
52. Ibidem, parte II, n° 21, pp. 185-190 (1895).
53. Ibidem, parte II, n° 20, pp. 181-182 (1894).
54. Ibidem, parte II, n° 6, pp. 117-122 (1880).
55. Ibidem, parte II, loc. cit., p. 121.
56. Ibidem, parte II, n° 43, p. 271 (1881).
57. Ibidem, parte II, loc. cit., p. 272.
58. Ibidem, parte II, n° 47, p. 284 (1881).
59. Ibidem, parte II, loc. cit., p. 284-285.
60. Ibidem, parte II, n° 47, pp. 286-287.
61. Ibidem, loc. cit., p. 287.
62. Ibidem, parte II, n° 14, pp. 154-155 (1880).
63. Ibidem, loc. cit., p. 155.
64. Ibidem, parte II, n° 26, p. 209 (1880).
65. Ibidem, parte II, n° 30, p. 224 (1880).
66. Ibidem, parte II, n° 5, p. 36 (1882).
67. Ibidem, parte II, n° 6, p. 38 (1877).
68. Ibidem, loc. cit., p. 38.
69. Ibidem, parte II, n° 17, p. 90 (1880).
70. Ibidem, parte II, n° 17, p. 92.
71. Ibidem, parte II, n° 3, p. 105 (1879).
72. Ibidem, loc. cit.
73. Ibidem, parte II, n° 40, p. 263 (1881).
74. Ibidem, parte II, n° 49, p. 292 (1881).
75. Ibidem, parte II, loc. cit., pp. 291-294.
76. Ibidem, parte II, n° 50, pp. 295-297 (1881).
77. Ibidem, parte II, n° 51, pp. 298-300.
78. Ibidem, parte II, n° 52, pp. 301-303 (1881).

A B S T R A C T

In his article the author puts in relief the ideas of 'modern' and 'nation' in the Brazilian historiography in the time of the scientism. In this context the author has as object of research Capistrano de Abreu's fourth series *Ensaios e estudos*, which principal topics are the scientism, the historicism, the conception of the historical method and the paper of erudition.

R É S U M É

Dans son article l'auteur met en relief les idées de 'moderne' et 'nation' dans l'historiographie brésilienne à l'époque du scientisme. À ce sujet l'auteur expose comme objet de recherche la quatrième série *Ensaios e estudos* du historien Capistrano de Abreu, dont les topiques principaux sont le scientisme, l'historisme, la conception de la méthode historique et le papier de l'érudition.